

ACORDO COM FMI

FMI e governo chegam a consenso sobre câmbio

Declarações do vice-diretor-gerente do Fundo demonstram que a instituição concorda com a política brasileira de correção gradual do real

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – Durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, no mês passado, antes de começarem as negociações formais do acordo de estabilização econômica com o Brasil, anunciado na sexta-feira, o economista-chefe da instituição, Michael Mussa, provocou a ira do governo brasileiro ao aconselhar, publicamente, que o País acelerasse a desvalorização do real dos atuais 7,5% ao ano para algo próximo de 10%.

A declaração validava a tese dos críticos da equipe econômica de que o real é uma moeda sobrevalorizada, no momento em que a vulnerabilidade do País às turbulências do mercado estava ainda em franca exibição. As autoridades responderam que o regime cambial continuaria inalterado e a discussão aparentemente terminou.

Declarações do vice-diretor-gerente do Fundo Monetário, Stanley Fischer, na sexta-feira, sugerem que a instituição e o governo brasileiro continuaram o debate iniciado por Mussa durante a negociação do acordo e che-

gararam ao entendimento que se poderia esperar. Agora, não se mexe no câmbio. Mas, à medida em que o programa de estabilização fiscal for sendo executado, a taxa de depreciação do real aumentará.

Banda ampliada – “Os brasileiros deixaram claro desde um anúncio feito durante a reunião anual (do FMI) que o regime cambial continuará (inalterado)”, disse Fischer. Ele lembrou que o sistema de bandas cambiais com as quais o Banco Central opera hoje tem uma taxa básica de depreciação de cerca de 7,5% do real ao ano.

“Com uma inflação projetada para ser igual à dos países industrializados ou dos Estados Unidos, isso significa uma taxa real de desvalorização de 7,5% ao ano” disse Fischer. O dirigente do Fundo acrescentou, no entanto, que “o Brasil tem gradualmente ampliado a banda e essa ampliação da banda continuará”.

O vice-diretor-gerente do FMI contestou a tese de que o real está valorizado em pelo menos 25%, mas aproveitou para reiterar a expectativa da instituição de um aumento do ritmo da desvalorização. “Não cremos que essas estimativas sejam muito acuradas”, disse. “Elas parecem não reconhe-

cer que o real está depreciando em termos reais há mais de um ano e uma outra depreciação significativa provavelmente continuará no ano que vem, dentro do regime cambial do País”, observou o técnico do FMI. Para Fischer, as estimativas sobre a sobrevalorização do real “são fáceis de fazer, mas menos fáceis de substantiar”.

Congresso – O cenário que animará o governo brasileiro a acelerar a desvalorização do real, sem espantar os investidores, é o mesmo que permitirá ao Banco Central atender à principal reivindicação econômica dos brasileiros, depois do aumento salarial: a redução da taxa de juros.

Isso, porém, segundo Fischer, “dependerá do que o Congresso fizer, dependerá (da percepção) de como as autoridades estão executando o programa, e também do que acontecer no mercado de capitais dos países industrializados”.

PARA
FISCHER,
AFIRMAÇÕES
QUANTO AO
VALOR DO REAL
CARECEM DE
CONFIRMAÇÃO

Parte substancial do Programa de Estabilidade Fiscal apresentado pelo governo brasileiro depende de aprovação do Congresso Nacional para entrar em vigor, como o aumento de 0,25% para 0,38% na alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

“O programa foi feito com base em premissas conservadoras”, informou. “Não incluímos nenhuma premissa que requeira uma queda muita rápida da taxa de juros.” O programa prevê que os juros caiam gradualmente “para um pouco abaixo de 20% até o fim de 1999”, ou seja, o nível em que eles estavam em outubro do ano passado, no início da crise que abalou os países do Sudeste Asiático.

Crescimento – O acordo não prevê um crescimento rápido das exportações, em parte porque 1999 não será um ano de expansão da economia mundial, em parte porque a economia brasileira deverá apresentar uma queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB), segundo previsão feita pelo próprio governo, no anúncio do programa de estabilização.

A redução da atividade econômica será forte e deverá concentrar-se especialmente no início do ano, entre janeiro e março. Uma das premissas do programa é que o crescimento retornará já a partir do segundo trimestre do próximo ano.